

A COMPANHIA DE TERRAS DA MATA GERAL E A PRIVATIZAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA NO SUL DO PARÁ

Fábio Carlos da Silva

Professor Associado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

e-mail: fcsilva@amazon.com.br

RESUMO

O artigo aborda o processo de privatização da floresta amazônica no sul do Pará, reconstituindo, em linhas gerais, a história da Companhia de Terras da Mata Geral, empreendimento pioneiro desse processo de concentração privada e posterior comercialização das terras devolutas paraenses para grupos econômicos de São Paulo. Essa empresa, formada em 1963, constituiu o maior latifúndio amazônico de capital nacional nas décadas de 1960/80. Os principais fatos que gravitam em torno dos negócios da mesma revelam que o tráfico de influência e a associação de interesses privados dos fundadores da companhia com o poder político paulista e o governo paraense foi o principal mecanismo utilizado para viabilizar a privatização de milhares de hectares da floresta amazônica.

Palavras-chave: Amazônia; especulação imobiliária; privatização de terras devolutas.

ABSTRACT

The paper deals with the matter of the Amazon forest privatization in the southern of the state of Para, Brazil, which took place along the years 1960-80, mainly by action of the Mata Geral Land Company. This pioneer entrepreneurial was formed in 1963 to take advantage of the strategic localization of those lands in the Amazon frontier to commercialize forestry lands to economic enterprises of the state of Sao Paulo. In this way, the mainly facts that surrounding the company business are important to explain the political influence traffic and change of favors between the company founders and the Para state governors in order to privatize thousands of hectares of the Amazon forest lands.

Key words: Amazon public lands; political influence traffic; rural estate speculation.

Introdução

A necessidade de incorporar novas terras para a expansão da agropecuária brasileira, principalmente das fazendas cafeeiras do oeste paulista, após a Segunda Guerra Mundial, e a política de integração regional do governo JK, nos anos 1956-60, com a construção da rodovia Belém-Brasília, redirecionaram o interesse das elites agrárias paulistas para a ocupação da Amazônia.

O fluxo de investimentos paulistas em atividades agropecuárias na Amazônia, que se dá com maior intensidade a partir da instituição da política de incentivos fiscais do governo

federal, no final de 1966, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, foi precedido, todavia, pela privatização das terras públicas estaduais daquela região em favor, principalmente, da elite paulista representada por famílias de grandes cafeicultores da região de Ribeirão Preto, que desde meados do século XX, necessitavam incorporar novas terras ao seu patrimônio para aumentar a produtividade e a renda de seus negócios agrícolas.

Assim, a conexão com o mercado do centro-sul, viabilizada pela abertura da Belém-Brasília, em 1960, transformou o Sul do Pará, na segunda metade dos anos 1950, em território onde especuladores de São Paulo, que trabalhavam como corretores de imóveis, passassem a intermediar a venda da floresta amazônica ali situada para esses cafeicultores do Oeste paulista, que, de certa forma, reproduziram na Amazônia a saga de seus antepassados, ao se lançarem na aventura de promover a transformação da floresta em terra agricultável, como uma espécie de frente batidora do grande capital.

Evidente que esse processo ocorreu em moldes modernos, onde a articulação do poder político paulista, da qual os mesmos faziam parte, com os governantes paraenses, visando a alienação de expressiva parte da floresta amazônica estadual, foi de vital importância e não resultou em posterior estabelecimento de fazendas de café, como no oeste paulista e no norte do Paraná, e sim em fazendas de criação de gado bovino.

O artigo analisa, a seguir, o processo de transferência das terras devolutas do sul do Estado do Pará para empresários de São Paulo e os impactos socioeconômicos resultantes desse processo naquela região, através da reconstituição histórica da formação e atuação da Companhia de Terras da Mata Geral - CTMG, maior latifúndio amazônico de propriedade exclusiva de brasileiros nos anos 1960-80, trazendo à luz também a atuação dos principais atores envolvidos nesse processo: políticos paulistas e paraenses, corretores de imóveis de São Paulo e fazendeiros de Ribeirão Preto.

Especuladores e cafeicultores paulistas na Amazônia

As origens e principais acontecimentos que viabilizaram a concessão de incentivos fiscais para os primeiros projetos agropecuários na Amazônia, nos anos 1966-68, revelam os mecanismos que viabilizaram, na prática, o processo de transferência das terras públicas paraenses para empresários de São Paulo que estabeleceram empreendimentos agropecuários na Amazônia. Foi a partir dos incentivos fiscais da SUDAM que a agropecuária se expandiu na Amazônia. Em poucos anos, o caminhão, o automóvel, o trator, o avião, o helicóptero e o rádio passam a conferir, combinadamente, novo ritmo e andamento às relações sociais do Sul do Pará (IANNI, 1978, p. 98).

Os primeiros projetos a serem aprovados localizavam-se nos municípios de Conceição e Santana do Araguaia e pertenciam a dois fazendeiros de São Paulo, respectivamente, João Lanari do Val e Nicolau Lunardelli, que adquiriram quase um milhão de hectares da floresta amazônica no Sul do Pará no início dos anos 1960.

Descendentes de famílias de migrantes italianos que se estabeleceram na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, ambos tinham o sangue do café nas veias, por terem sido formados sob a égide da economia cafeeira paulista, exatamente no período em que a mesma foi a principal atividade econômica do Brasil e as famílias do oeste paulista assumiram a liderança do poder político nacional.

João Lanari do Val estudou agronomia em Piracicaba na década de 1930, na melhor escola do gênero no Brasil, a ESALQ, onde fez vários amigos que tiveram projeção no cenário econômico e político nacional. Oriundo de família que se dedicava à agricultura em Ribeirão Preto, esse bandeirante moderno já havia passado por Cornélio Procópio, no norte do Paraná, onde teve uma fazenda de café, quando a fronteira econômica agrícola brasileira se deslocou para aquela região na época em que se formou agrônomo.

O avanço da industrialização brasileira, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, nos anos 1940 e a implantação da indústria automobilística na região do ABC, na década de 1950, fez com que o mesmo se transferisse para a capital paulista, onde fundou juntamente com João Pacheco Chaves uma empresa metalúrgica que fabricava autopeças, depois vendida a um grupo japonês. Nessa mesma época adquiriu 48 mil hectares de terras em Goiás e implantou a Fazenda Colônia Paulista, no município de Jussara, às margens do alto Araguaia.¹

Em 1959, percebendo a oportunidade de investir na Amazônia, a partir de informações sobre a qualidade das terras fornecidas por um de seus empregados da fazenda goiana, que conhecia a região, foi o primeiro empresário de São Paulo a penetrar na floresta e transferir para a mesma o sonho paulista de reprodução da fazenda de café na Amazônia, símbolo do poder econômico republicano até 1930. João Lanari do Val, em entrevista concedida para o jornal da Associação dos Empresários da Amazônia em seu escritório em São Paulo - que também era o escritório da Companhia de Terras da Mata Geral - no ano 1977, relembra como foi o início desse processo e a esperança de plantar café na Amazônia:

¹ Entrevista com Cássio Carvalho do Val. Sede da Fazenda Santa Tereza, Redenção, novembro de 2006.

Quando fui para o Araguaia em 1961, fiz a primeira experiência. Mas escolhi terras inapropriadas e logo abandonei o projeto. Com o tempo, fui conhecendo melhor a região e descobri, na área da Companhia de Terras da Mata Geral, uma mancha de terra roxa de 35 mil hectares, fora outras menores e dispersas. Meu sangue de cafeicultor vibrou. Nessa mancha é possível ter de 20 a 35 milhões de pés, que poderão ser plantados se outros forem para lá. (AMAZÔNIA, 1977b, p.16)

Em 1962, após ter conseguido adquirir quase 20% da área territorial do município de Conceição do Araguaia – 350 mil hectares – estruturou a formação de uma empresa que agregaria todos os 80 lotes alienados em uma única propriedade, a Companhia de Terras da Mata Geral, maior latifúndio paraense de capital exclusivamente brasileiro (Tabela 1).

Tabela 1: Maiores Imóveis rurais do Estado do Pará, segundo a denominação do proprietário e a composição do capital social.

Denominação ou Razão Social	Área Total (ha)	Composição do Capital	
		Nacional %	Estrangeiro %
Jari Florestal S.A.	520.370	5.16	94.84
Banco Denasa de Inv. S.A.	284.875	77.00	23.00
Cia. de Terras da Mata Geral	201.528	100.00	-
Cia. Agropastoril Rio Dourado	169.884	100.00	-
Nicobran Adm. Agrícola Ltda. (Lunardelli)	143.847	100.00	-
Cia. Vale do Rio Cristalino	139.392	S/inf.	S/inf.

Fonte: INCRA, 1979b

Para concretizar o projeto de investimento na agropecuária da região, reservou parte das melhores terras compradas do governo paraense para formação de uma fazenda: a Santa Tereza, cuja sede passou a ser a sede operacional da Companhia de Terras da Mata Geral.

Os recursos financeiros para a formação da Fazenda Santa Tereza, nome de fantasia da primeira empresa agropecuária da Amazônia no Sul do Pará, foram obtidos, inicialmente, pela venda de boa parte das terras e madeiras nobres da floresta recém adquirida (CTMG, 1983). A partir de 1967 a CTMG foi beneficiada com recursos dos incentivos fiscais, através da aprovação de cinco projetos agropecuários referentes a cinco outras empresas por ela controladas, constituídas por João Lanari do Val para captar recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia administrado pela SUDAM.

A CTMG, a Codespar, de Nicolau Lunardelli e a Fazenda Santa Ernestina, de Carlos Ribeiro², representaram o início do processo de desflorestamento dessa região da Amazônia oriental brasileira. Vejamos a seguir os mecanismos utilizados para concretização dos negócios da companhia junto aos governos federal e do estado do Pará.

Para ter sucesso em seu projeto, João Lanari, inicialmente difundiu em São Paulo, a oportunidade de investimento em terras amazônicas, já que ele havia se tornado proprietário do maior latifúndio paraense controlado por brasileiros e, para se capitalizar visando tornar parte de seu patrimônio produtivo, montou a empresa de terras com objetivo de comercializar pelo menos metade da floresta adquirida para fazendeiros paulistas. A estratégia incluiu mobilizar também agrimensores e corretores de imóveis experientes em negócios fundiários das regiões onde tinha atuado anteriormente.

Em Jussara (GO) nos anos 50, por ocasião da compra e regularização da Fazenda Colônia Paulista, se tornou amigo do agrimensor Luiz Vargas Dumont, que tinha larga experiência nos negócios de compra e venda de terras devolutas. Luiz Vargas, que em 1969 tomou a iniciativa de fundar a cidade de Redenção, hoje a mais próspera do Sul do Pará, foi então convidado por Lanari do Val para ser seu gerente na fazenda que iria abrir na Amazônia.

A articulação das elites paulistas com o governo do Pará nos negócios fundiários

João Lanari do Val, o idealizador e fundador da Companhia de Terras da Mata Geral, concluiu o curso superior na Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, da Universidade de São Paulo, em Piracicaba, no ano de 1937. Durante o curso de agronomia teve como colega de turma João Pacheco Chaves, descendente de família tradicional de cafeicultores de Piracicaba. Além da amizade sólida que forjaram quando estudantes, as duas famílias tornaram-se também aparentadas, com o casamento de uma irmã de Pacheco Chaves com um dos irmãos de João Lanari do Val.³

² Carlos Ribeiro foi o corretor que mais vendeu terras do Sul do Pará nos anos 60 e 70. Nascido em São Paulo, trabalhou como garçom em um restaurante em Londrina na década de 50, onde fez muitas amizades com fazendeiros paulistas que na década seguinte compraram terras na Amazônia por seu intermédio. Ele ficou muito rico com o negócio de corretagem de terras, inclusive adquirindo fazendas e avião – que utilizava para transportar os interessados em investir na Amazônia -, e também foi sócio de Luis Vargas na fundação da cidade de Redenção.

³ A avó de João Lanari do Val, Francisca Carolina Monteiro da Silveira, foi uma das mais famosas e tradicionais proprietárias rurais da Região de Ribeirão Preto. O irmão de João Lanari, Cássio Lanari do Val, casou-se com a irmã de João Pacheco Chaves e foram sócios na indústria de autopeças em São Paulo. Pacheco Chaves foi deputado estadual por São Paulo e quatro vezes deputado federal pelo PSD. Ele foi o presidente honorário da Companhia de Terras da Mata Geral e ajudou muito na obtenção dos títulos junto ao governador Aurélio do

Quando João Lanari do Val visitou o sul do Pará, em 1959, para explorar a região que pretendia adquirir, João Pacheco Chaves já era político destacado no cenário nacional, tendo sido eleito, inicialmente, deputado estadual por São Paulo em duas legislaturas e deputado federal, quando a capital do país ainda era no Rio de Janeiro. Como parlamentar vinculado ao Partido Social Democrático, tornou-se o melhor amigo de Ulysses Guimarães, líder do PSD paulista na ocasião, cujo reduto eleitoral inicial era a região de Rio Claro, sua terra natal.

Essa amizade em cadeia, portanto, vai ser fundamental para viabilizar a transferência das terras devolutas da mata geral do Xingu para João Lanari do Val. João Pacheco Chaves, cunhado de João Lanari do Val, e Ulysses Guimarães, serão personagens fundamentais nesse processo. O primeiro será o primeiro presidente da Companhia de Terras da Mata Geral, empresa formada a partir da concentração das glebas alienadas junto ao governo paraense. Juntamente com sua mulher e parentes foi também um dos 86 requerentes da compra das terras no Sul do Pará (CTMG, 1963a).

Ulysses Guimarães, além dos contatos que certamente deve ter feito junto ao governo paraense para facilitar e agilizar a expedição dos títulos definitivos, também foi um dos requerentes agraciado com o título definitivo 57, do lote 31, expedido em 05 de abril de 1962. Sua esposa, Ida Guimarães, obteve o lote 32 e João Pacheco Chaves o lote 13, ambos expedidos pelo governo do Pará no dia 04 de abril de 1962 (FERNANDES, 1999, p.167).

Os demais títulos foram expedidos em nome de parentes e amigos das duas famílias, inclusive no dos empregados de João Lanari do Val da fazenda em Jussara que participaram da expedição exploratória pioneira na mata geral: Ademar Guimarães e José Bueno Cintra. Chama a atenção o fato de terem sido também agraciados com títulos de terra 19 menores de idade, filhos de João Lanari, seus parentes e amigos (CTMG, 1963a).

Desta maneira estava formado, ou melhor, estava titulado, o território que chegou a se constituir nas décadas de 1960/80 no maior latifúndio nacional do estado do Pará. Ademar Guimarães, à época cozinheiro da expedição e atualmente (2009) proprietário de hotel na cidade de Redenção e único integrante vivo daquela jornada, relembra como foi esse processo:

Carmo (Entrevista com Cássio Carvalho do Val, op. cit.; Associação dos Ex-alunos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz).

Quando nós voltamos da mata para Conceição, o Dr. João falou pra nós: -“Olha! Eu já fiz os requerimentos pra vocês assinar; um pra você Ademar e outro pro Zé Bueno”. – Ai eu falei que não queria porque não tinha nenhum couro de queixada pra dar sapitôco em cima, e quando for na época de pagar essas terras eu não tenho dinheiro, e o senhor é que vai ter que pagar. Então ele disse: - “Você está sendo conhecido agora, mas eu estou vendo que você é gente boa, e, você vai trabalhar com nós. Você mais o Zé Bueno não vão depender de dinheiro. Vocês entram com o serviço, e nós entramos com o dinheiro. E nós vamos formar uma fazenda aí” – Depois, nós fomos na coletoria e assinamos os requerimento. Em 1962 saíram os títulos definitivos. Sessenta e quatro lotes de 900 alqueires goianos.⁴

Tratava-se, na verdade, de 80 lotes de 4.356 hectares cada, ou 900 alqueires goianos, totalizando 348.480 hectares. Como vimos, além dos dois empregados acima citados, também o próprio João Lanari, seus filhos, noras, genros, cunhados, primos e amigos, inclusive de peso na política nacional, como os deputados federais Ulysses Guimarães e João Pacheco Chaves, também concordaram que seus nomes fossem utilizados como requerentes para compra de glebas na mata geral visando à formação do latifúndio como reserva de valor.

Como era necessário, todavia, possuir o capital para a obtenção dos títulos de propriedade definitivos, evidentemente que após a emissão dos mesmos, estes foram concentrados pelo detentor do capital. Para tanto, como já citado, foi formada uma sociedade anônima, denominada Companhia de Terras da Mata Geral, que passou a ser a proprietária legal de 350 mil hectares da floresta que hoje se localizam nos municípios paraenses de Redenção e Cumarú do Norte.

Assim, em 1962, na região onde sete anos depois a terra começaria a ser loteada para formação da atual cidade de Redenção, a propriedade privada já se fazia presente. A propriedade titulada capitalista chegou à região, portanto, antes da frente de expansão que começava a se formar pela construção da Belém-Brasília. O capitalismo iria se desenvolver nos campos e nas matas do Araguaia paraense. Os antigos criadores e camponeses que lá habitavam teriam seu ritmo de vida modificado. A fazenda Santa Tereza iria começar os trabalhos de abertura e demarcação da maior parte da mata geral do Xingu e transformaria a natureza local. A terra se transformava em mercadoria e a estratégia para a comercialização da floresta foi viabilizada pela constituição da Companhia de Terras da Mata Geral em 1963.

⁴ Entrevista com Ademar Guimarães. Hotel Guimarães, Redenção, outubro de 2007.

Formação da Fazenda Santa Tereza e constituição da CTMG

A abertura da fazenda Santa Tereza, nome de fantasia da CTMG teve início em 1960, antes mesmo da expedição dos títulos definitivos referentes aos lotes requeridos por João Lanari do Val no ano anterior. Esse processo, que representa o início da frente capitalista na Amazônia oriental, constou da derrubada da mata, formação de pastagem e abertura da área no entorno do local escolhido para a construção da casa sede da fazenda. O financiamento dessas atividades, que requeria a contratação e abastecimento de mais de uma centena de trabalhadores temporários, adveio, inicialmente, dos negócios com a venda de terras e madeiras que compunham o latifúndio paulista na Amazônia.

As características da economia pastoril da região antes da implantação da fazenda Santa Tereza, em 1960, eram muito diferentes do padrão que os fazendeiros do centro-sul ali implantariam após a incorporação do sul do Pará à fronteira agrícola brasileira. A pobreza da economia pastoril advinha do precário valor alimentício das pastagens naturais dessa região, da ausência de salinação e de cuidados regulares e das medíocres características raciais da espécie de gado predominante: o curraleiro.⁵

Já na maioria das fazendas situadas do lado goiano do baixo Araguaia, o gado criado era do tipo zebu e melhor alimentado e cuidado com técnicas mais desenvolvidas, o que, nessa época, fazia com que o principal comprador dos produtos pecuários da região, a charqueada de Araguacema, situada do lado goiano abaixo de Conceição do Araguaia, quase em frente à Santa Maria das Barreiras, desse preferência ao gado goiano (MOREIRA NETO, 1960).

Também no alto Araguaia, na fazenda que João Lanari do Val possuía em Jussara, o gado era de melhor qualidade e o empresário paulista tomou a decisão de transportar os animais de sua fazenda goiana para o Pará. Essa viagem foi feita por terra ao longo do rio Araguaia e enfrentou inúmeros obstáculos, pois teve que atravessar a ilha do Bananal, além dos perigos de ataque de índios bravios, animais selvagens e doenças tropicais. O percurso de Jussara até a sede da fazenda no Pará foi feito em aproximadamente 90 dias, e o plantel de 130 cabeças foi conduzido por empregados da fazenda goiana que se transferiram

⁵ A floresta passou a ser abatida para dar lugar à formação de fazendas com padrões criatórios diferentes daqueles predominantes na Amazônia até então, cuja cultura pastoril era de origem nordestina. As novas fazendas implantadas pelos paulistas assemelhavam-se mais com as modernas fazendas dos estados do centro-sul, com pastagens artificiais e rebanhos consideravelmente melhorados por cruzamentos (Moreira Neto, 1960, p.90).

definitivamente para a Amazônia, para trabalharem na abertura e constituição da Fazenda Santa Tereza.⁶

A concentração dos lotes para formação do grande empreendimento fundiário foi realizada por João Lanari do Val, através da constituição de uma sociedade anônima denominada Companhia de Terras da Mata Geral – CTMG, cujos acionistas, em sua maioria, foram as pessoas beneficiadas com os títulos de propriedade emitidos pelo governo paraense em 1962. Elas receberam ações da companhia como contrapartida à abdicação da titularidade dos lotes que passou a ser de domínio da mesma. Como o controle acionário do capital era majoritariamente detido pelo idealizador do empreendimento, esse passou, na prática, a ser o proprietário do imenso imóvel rural amazônico.

Após ter idealizado a fundação da companhia como estratégia para concentração da terra, João Lanari do Val, já de posse dos títulos definitivos que privatizaram boa parte da floresta na região entre Redenção e São Félix do Xingu e, munido das procurações dos beneficiados com o domínio das imensas glebas, juntamente com Luiz Vargas Dumont, viajou para Belém em finais de janeiro de 1963. No dia seguinte, 1º de fevereiro daquele ano, dirigiram-se ao cartório Queiroz Santos, no centro da capital paraense, e, através de Escritura Pública foi constituído, ou melhor, foi legalizado o maior latifúndio paraense controlado por brasileiros, a Companhia de Terras da Mata Geral (CTMG, 1963b, p.22-26).

A companhia contava, inicialmente, com um capital social de 35 milhões de cruzeiros, dividido em trinta e cinco mil ações com valor nominal de mil cruzeiros cada uma. A maioria das ações, 82%, ficou sob o controle de João Lanari do Val. Os demais 67 sócios receberam 90 ações cada um em troca da abdicação do domínio do lotes expedidos pelo governo do Pará em seus nomes, em favor da companhia (CTMG, 1963a).

A sede social da empresa ficava em Belém, mas, efetivamente, os negócios eram dirigidos de São Paulo, no mesmo escritório da fábrica de autopeças montada por João Lanari do Val em sociedade com João Pacheco e Chaves, rua XV de novembro 244, centro histórico bandeirante que então representava, antes da Avenida Paulista, o símbolo do poder econômico brasileiro.⁷

⁶ Entrevista com José Bueno da Silva. Redenção, outubro de 2006. José Bueno foi um dos vaqueiros que puxaram a boiada da fazenda paulista no alto Araguaia para o Sul do Pará em 1960.

⁷ O presidente da CTMG desde sua fundação até meados da década de 1980 foi João Pacheco Chaves. Os primeiros membros do conselho fiscal foram: Leopoldo Rodrigues dos Santos, Waldemar Prudente e Nadir Helou, corretores de imóveis rurais que atuavam no norte do Mato Grosso e sul do Pará e tinham grande influência junto à Secretaria de Terras do Pará.

Na primeira reunião da assembléia geral da empresa, realizada no dia 15 de outubro de 1963, em Belém, o capital social foi elevado de 35 para 50 milhões de cruzeiros e no seguinte, 1964, para 85 milhões de cruzeiros, que correspondiam a 85 mil ações ordinárias no valor de mil cruzeiros cada uma.

Em 1966, João Lanari do Val desmembrou uma parte das terras de seu latifúndio e constituiu cinco empresas agropecuárias: Cia. Agropecuária Nazareth; Cia. Agropecuária Palmital; Cia. Agropecuária Pau D'Arco; Agropastoril Sul do Pará e Agropastoril Conceição do Araguaia. Estas empresas todas pertenceram à Cia. de Terras da Mata Geral e juntamente com a fazenda Codespar, de Nicolau Lunardelli, figuraram entre as dez primeiras pessoas jurídicas a terem seus projetos agropecuários aprovados pela SUDAM em todo o Estado do Pará, sendo os únicos que tiveram projetos aprovados ainda no ano de 1966: Fazenda Codespar, de Lunardelli e Fazenda Nazaré, de João Lanari do Val (INCRA, 1979b).

Em seu conjunto as cinco empresas capitalizaram 10 milhões de cruzeiros para a CTMG, oriundos dos recursos de incentivos fiscais administrados pela Sudam, fato que dinamizou a capitalização da empresa em seus primeiros anos de vida. Essas empresas controladas pela família do Val, foram projetadas por João Lanari para obter recursos financeiros dos incentivos fiscais e possuíam área total de 25 mil hectares – 5 mil hectares cada uma, desmembradas do patrimônio da CTMG. O projeto promoveu inicialmente o desmatamento de 12,5 mil hectares (50%) para formação de pastos visando à criação de gado bovino (Tabela 2).

TABELA 2

Projetos Agropecuários da Cia. de Terras da Mata Geral Aprovados pela SUDAM

<i>Projetos</i> Descrição	Data da aprovação	Área do Projeto (há)	Valor do Projeto (Cr\$)	Recursos Próprios (Cr\$)	Recursos de Incentivos Fiscais (Cr\$)
Agropecuária Nazaré	09.12.66	5.000	1.575.222,00	393.808,00	1.181.414,00
Agropecuária Palmital	03.11.67	5.000	3.839.097,00	948.526,00	2.845.577,00
Agropecuária PauD'Arco	14.12.67	5.000	1.842.745,00	460.687,00	1.382.058,00
Agropastoril Conceição do Araguaia	11.10.68	5.000	1.683.592,00	420.899,00	1.262.693,00
Agropastoril Sul do Pará S/A	11.10.68	5.000	4.128.144,00	1.032.036,00	3.096.108,00
Cia. da Mata Geral	-	25.000	13.068.800,00	3.255.956,00	9.812.844,00

Fonte: INCRA, 1979a

Após a criação da Sudam e da política de incentivos fiscais ter sido estendida para a Amazônia e franqueada para investimentos no setor agropecuário, o Sul do Pará passou a receber um grande fluxo de fazendas e empresas rurais incentivadas pelo governo brasileiro. Isso se deu basicamente a partir de 1967 e a grande maioria dessas fazendas foram vendidas para empresários de São Paulo pela CTMG, detentora das melhores terras da região.

Daí em diante, o movimento de implantação de empresas pecuárias na região ganha corpo e se expande rapidamente. Entretanto, o fluxo demográfico ainda não era muito significativo, pois as condições de acesso à região não eram satisfatórias.

Apesar da CTMG - conhecida na região do sul do Pará como Fazenda Santa Tereza, ter aberto uma estrada até Conceição, a mesma não apresentava condições de dar vazão a veículos automotores em razão das chuvas abundantes e da falta de conservação e manutenção da mesma. Assim, as primeiras fazendas a se instalarem na área utilizavam-se principalmente de aviões para o transporte de mercadorias e trabalhadores empreitados para derrubada da mata e formação de pastagens.

A comercialização da floresta e do ouro e o crescimento da empresa

No início dos anos 1970 as perspectivas de crescimento da CTMG eram alvissareiras. As estradas ligando Conceição do Araguaia à Marabá e desta à rodovia Belém-Brasília tinham sido concluídas, diminuindo a distância das terras da empresa para a capital do Pará, Belém, em quatrocentos quilômetros. O capital da empresa em menos de dez anos de existência passou de 850 mil, em 1963, para 9 milhões de cruzeiros, em 1972 (CTMG, 1972).

Nos primeiros treze anos de existência a sede social da empresa legalmente funcionou em Belém, muito provavelmente em função de a necessidade de articulação regular com o poder público paraense visando atender interesses da companhia. Em 1970, o escritório de João Lanari do Val e João Pacheco Chaves, em São Paulo, foi oficializado como filial da empresa onde seriam centralizados a contabilidade e setores administrativos, justificando-se tal decisão no fato de que a maioria dos acionistas e diretores residia na capital paulista (CTMG, 1971, p. 1340).

Em 1972 o capital já era de 10 milhões de cruzeiros. Nesse ano, o único em que a empresa publicou relatório de atividades, o presidente e o vice eram, respectivamente, João Pacheco Chaves e Silvio Vilar Guedes, proprietário da Prospec, maior empresa de prospecção geológica do Brasil. João Lanari era o diretor gerente. Os grupos empresariais de São Paulo que apoiavam o empreendimento eram: Celite S/A; Drogasil S/A; Laboratórios AndrômacoS/A; Fenan Engenharia e Construções Ltda.; Zona Sul Veículos S/A e Sociedade

Nacional de Engenharia S/A, e do Rio de Janeiro, a Cia. Imobiliária de Petrópolis e a Prospec S/A Geologia, Prospecções e Aerofotogrametria.

Em fevereiro de 1976 a sede social da empresa mudou de Belém para o escritório da Fazenda Santa Tereza localizado na avenida de mesmo nome no centro da cidade de Redenção. João Pacheco Chaves, o político de expressão nacional que ajudou na viabilização da formação do patrimônio fundiário da empresa, renunciou, naquele ano, à presidência da mesma. Assumiram, então, como presidente e vice, respectivamente, dois filhos de João Lanari, João Carvalho e Cássio Carvalho do Val. Naquele ano de 1976 o capital social da CTMG era de 11,1 milhões de cruzeiros que passou, três anos depois, 1979, para 25 milhões de cruzeiros, subdivido em 20,2 milhões de ações ordinárias e 4, 8 milhões de ações preferenciais nominativas, todas valendo um cruzeiro cada.

Em 1980 intensifica-se o fluxo migratório para o sul do Pará com a descoberta da segunda maior jazida de ouro na Amazônia, menor apenas que Serra Pelada. Essa jazida situava-se nas terras da CTMG e causou intensas mudanças no cenário socioeconômico e fundiário local. A notícia da descoberta do ouro no Sul do Pará provocou um intenso fluxo migratório para a região, e em 1981, aproximadamente 15 mil garimpeiros adentraram as terras ocidentais do latifúndio paulista. Naquele ano a CTMG organizou uma empresa de comercialização de metais preciosos que registrou lucros expressivos com a venda do ouro do garimpo para firmas joalheiras de São Paulo.⁸

Em 1982, o capital da CTMG dobrou, passando de 380 milhões de cruzeiros para 760 milhões de cruzeiros, que correspondiam a 153.424.997 ações ordinárias com direito a voto e 33.575.003 ações preferenciais nominais sem direito a voto que valiam quatro cruzeiros cada uma. Às ações preferenciais nominativas, caso dos sócios minoritários, como Ademar Guimarães e José Bueno Cintra, ex-empregados da empresa, era assegurado somente o dividendo mínimo anual de 12% sobre o valor nominal de cada ação, não cumulativos, pagos anualmente após a realização da assembléia geral ordinária, isto é, apenas CR\$0,48 por ação (CTMG, 1982a).

Em 1984 a companhia iniciou o loteamento urbano do povoado de Cumarú do Norte, na região onde havia sido descoberto ouro e onde o governo federal organizou o garimpo Cumarú. Naquele ano, o lucro líquido da empresa foi de 1,1 bilhões de cruzeiros, sendo que 70% do mesmo foi acumulado ao patrimônio da empresa, tendo o capital social passado de

⁸ Tratava-se, segundo matéria publicada pela revista *Veja* (1981), da Empresa de Mineração do Pará – EMIPA, que foi licenciada pelo Ministério da Fazenda para atuar na comercialização de ouro e contava com a participação do então prefeito de Conceição Araguaia, Giovanni Queiroz, como testa de ferro da mesma. Hoje, Giovanni é deputado federal e presidente do PDT do Pará.

4,4 bilhões para 13, 9 bilhões de cruzeiros e as 187 milhões de ações (153,4 milhões de ações ordinárias controladas pela família do Val e 36, 5 milhões de ações preferenciais nominativas dos sócios minoritários) foram avaliadas em 73 cruzeiros cada uma.

Os negócios irregulares e o rompimento dos sócios minoritários com a diretoria

Os lucros expressivos alcançados pela empresa, principalmente com a comercialização do ouro extraído nas terras da companhia no garimpo Cumarú,⁹ na 1ª metade da década de 1980, trouxeram à tona um grave problema de gestão da empresa. Na verdade ela havia sido criada como sociedade anônima, mas sempre manteve uma gestão familiar, fato que com o crescimento dos negócios acarretou graves prejuízos para os sócios minoritários, uma vez que a centralização da gestão pela família do Val, impedia um controle contábil e financeiro adequado, com numerosas irregularidades administrativas e prestação de contas fora dos parâmetros legais, sinalizando desvios e apropriação indevida dos recursos da empresa pela diretoria.¹⁰

Essa situação chegou ao ápice em 1982. Naquele ano os 20 acionistas minoritários que residiam no Rio de Janeiro, provavelmente amigos de Silvio Vilar Guedes, que concordaram em requerer terras do governo do Pará em 1959, assinando procuração em favor de João Lanari do Val, questionaram judicialmente na JUCEPA (1984) a legalidade das ações da diretoria da empresa, uma vez que a diretoria não apresentava relatórios anuais de atividades e não observava o cumprimento das exigências legais das sociedades anônimas ao não tornar pública e explícita a pauta das deliberações das assembleias, cujo teor principal tratava da prestação de contas dos negócios de empresa, inclusive sem submetê-las a parecer de auditor independente para referendar a elaboração dos Balanços e demonstrativos financeiros.

Além disso, a diretoria também subitamente havia mudado o local da reunião do Conselho Fiscal do escritório em São Paulo para a sede social em Redenção, desrespeitando as regras previamente aprovadas pela assembleia dos acionistas.

A empresa rebateu as acusações com argumentos referentes ao não cumprimento das exigências formais por parte dos acionistas minoritários, principalmente de não cumprimento

⁹ Em 1985, visando regularizar a atuação da CTMG na atividade de comercialização do ouro extraído do garimpo Cumarú, os sócios aprovaram a mudança do estatuto que passou a incluir também a “compra e venda de metais e pedras preciosas, bem como a exploração comercial de minas e jazidas” (CTMG, 1985, p. 1694).

¹⁰ Dentre essas irregularidades estava o fato de a empresa, com exceção do ano de 1972, nunca ter apresentado relatório da diretoria sobre as atividades desenvolvidas e também não ter depositado na Junta Comercial do Pará, de 1966 à 1970, nenhuma documentação, descumprindo obrigação legal expressa na lei das sociedades anônimas.

do prazo legal para interposição de recurso. Apesar das inúmeras evidências que sinalizavam a gestão irregular dos recursos da companhia em prejuízo dos acionistas minoritários, a Junta Comercial do Pará acolheu os argumentos da diretoria, prevalecendo mais uma vez a ação do governo estadual em favor dos empresários fundadores da empresa. Não conformados com a decisão da Junta Comercial do Pará, os acionistas minoritários recorreram, em 5 de abril de 1984, ao Ministério da Indústria e Comércio, solicitando a revisão da decisão estadual e solicitando o desarquivamento das atas das assembléias gerais de 1983 que haviam aprovado as contas da diretoria daquele ano, uma vez que as mesmas deveriam ser consideradas nulas por não terem obedecido aos preceitos legais.¹¹

Dentre essas irregularidades os auditores constataram a ausência de pessoal qualificado na sede da empresa, em Redenção, para fazer a gestão financeira e contábil requerida; não atendimento aos lançamentos e recolhimentos fiscais; “não contabilização da parte referente à CTMG, referente ao percentual do ouro extraído do garimpo (10%) e das receitas da venda da madeira contratadas com a Serraria Marajoara, que previa uma retirada mínima de 10 mil metros cúbicos anuais, além de outras receitas não estarem sendo devida e legalmente revestidas das formalidades necessárias para fins fiscais” (JUCEPA, 1984, p.1487).

Ainda segundo o processo dos acionistas, JUCEPA (1984, p.1499), grave também foi a constatação de que a diretoria não anotava nos livros os registros do pessoal empregado exigidos por lei, bem como os diretores utilizavam cartões de crédito para despesas pessoais diversas que debitavam na conta da empresa como sendo despesas operacionais, caracterizando acréscimo indevido às remunerações dos diretores.

Frise-se que pela Lei das sociedades anônimas então vigente, Lei 6.604 de 15 de dezembro de 1976, as sociedades anônimas, entre outras obrigações, eram legalmente obrigadas a publicar relatórios da diretoria sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo. A companhia burlando essa exigência fazia publicar no Diário Oficial do Pará, sob o título de Relatório da Diretoria, apenas as demonstrações financeiras.¹²

¹¹ Dentre os quais o fato de a reunião do Conselho Fiscal não ter contado com a presença do auditor independente que havia emitido extenso relatório demonstrando “as numerosas irregularidades praticadas pela administração da companhia” (JUCEPA, 1984, p.1541).

¹² Por exemplo, sob esse título o Relatório de 1982 constou apenas do seguinte: “Em cumprimento às determinações estatutárias e disposições legais, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 1982. Agradecemos à confiança em nós depositada pelos senhores Acionistas, e também aos nossos colaboradores, sem o que não poderíamos apresentar estes resultados”. Esse relatório contrariava a lei referida, fato exposto pelos acionistas minoritários

Consolidação e situação atual da empresa

Após o esgotamento do ouro a CTMG continuou a comercializar gado para frigoríficos localizados no sul do Pará, em Belém e do nordeste do Brasil. Em 1981 ela possuía 16 mil cabeças de gado bovino e havia aumentado seu capital para 232 milhões de cruzeiros, apresentando receita operacional naquele ano de 265 milhões, superior ao capital integralizado (CTMG, 1982b).

Além do gado, a receita operacional também era formada pela venda da madeira nativa extraída da floresta adquirida do governo paraense, principalmente para a Serraria Marajoara, com quem mantinha um contrato prioritário. Ainda na primeira metade da década de 1980 a CTMG também auferia receitas com a venda de café cru em grão produzido na região do Cumarú, que era o sonho de seu empreendedor, sem, contudo, recolher os impostos devidos.

Em agosto de 1992 a Cia. de Terras da Mata Geral incorporou todas as empresas que detinha o controle acionário majoritário, centralizando a gestão das mesmas em uma única companhia. Essas empresas eram a Cia. Agropecuária Pau D'arco, que já havia incorporado as demais empresas agropecuárias criadas por João Lanari do Val na década de 1960, a Agropecuária Cumarú do Sul Ltda. e a Mercantil Cumarú do Sul Ltda. com sede em São Felix do Xingu.

O patrimônio líquido da Cia. Agropecuária Pau D'arco Ltda. naquele ano era de 4,4 bilhões de cruzeiros, sendo o valor de cada ação avaliado em 98,7 cruzeiros. Esse valor correspondia a duas fazendas situadas em Redenção, a primeira com área de 17,7 mil hectares situada na área limitada pelas margens do ribeirão Pau D'arco, da colônia da Mata Geral e da rodovia Redenção-Cumarú, cujas glebas pertenciam originalmente à Companhia Agropecuária Nazareth e Agropastoril Sul do Pará, no total de oito mil hectares e já haviam sido incorporadas pela Cia. Pau D'arco. A outra fazenda, com 1,5 mil hectares, contígua à primeira, foi avaliada em 2,1 bilhões de cruzeiros.

no recurso que interpuseram ao poder federal, ao esclarecerem que: “muito embora a lei não tenha estabelecido a extensão do relatório, fixou-lhe expressamente o seu conteúdo mínimo, devendo dele constar, obrigatoriamente, uma referência, mesmo que sumária, aos negócios sociais e aos principais fatos administrativos do exercício findo. Se não houve quaisquer negócios sociais, nem quaisquer fatos administrativos, durante o exercício (o que não é caso), caberia à administração, ao menos, fazer constar a circunstância. O que não se pode admitir é a total inexistência de um relatório, como ocorre no caso, já que não constitui relatório o encaminhamento das Demonstrações Financeiras (que é obrigação distinta), nem agradecimentos” (JUCEPA, 1984, código 153000624-4, cx.133B, p. 1544).

Já a Agropecuária Cumarú do Sul Ltda. possuía uma área de 42,8 mil hectares no município paraense de Cumarú do Norte, comarca de Altamira. Essa fazenda, denominada Fazenda Cumarú, foi formada pela concentração de 10 glebas devolutas adquiridas em 1962 por João Lanari do Val. Trinta anos depois foi avaliada em 7,8 milhões de cruzeiros (CTMG, 1992).

Em 1994 o lucro da CTMG foi de 4 milhões de cruzeiros. O valor das terras e benfeitorias somavam naquele ano 8,5 milhões de cruzeiros e o valor do gado em estoque era de 1,2 milhões de cruzeiros. A companhia tinha também 5,5 milhões de cruzeiros de títulos a receber. Já no ano seguinte, quando o real já era a nova moeda corrente no Brasil, o lucro líquido da empresa foi de 265 mil reais (CTMG, 1995).

Nessa ocasião, João Lanari constituiu uma organização para centralizar legalmente o controle da CTMG, a JLV Participações Ltda. e promoveu o encerramento das atividades da CTMG, passando a controlar integralmente a empresa que, a partir de 1997, passou a denominar-se Fazenda Santa Tereza S/A.

A última assembléia dos acionistas da companhia presidida por João Lanari do Val foi em 10 de agosto de 2000, tendo a empresa apresentado um prejuízo de 3,8 milhões de reais em 1999 referentes aos três últimos anos da década. O capital social passou a ser 6,8 milhões de reais, representado por 5,5 milhões de ações ordinárias e 1,3 milhões de ações nominativas preferenciais, a maioria das quais controladas pela família do Val (FAZENDA SANTA TEREZA S/A, 2000).

Em agosto de 2001, João Lanari do Val se encontrava muito doente e não mais voltou ao Pará. No último dia daquele mês seus filhos se reuniram na Fazenda Santa Tereza, em Redenção, e re-confirmaram seu nome como presidente da empresa.

Em setembro de 2002 faleceu João Lanari do Val, o primeiro empresário paulista a estabelecer negócios agropecuários na Amazônia. Sua iniciativa desencadeou um processo de mudanças substanciais na vida econômica, social e fundiária do Sul do Pará, tendo aberto caminho para dezenas de empresas paulistas que para lá se deslocaram principalmente após a criação da Sudam, em 1966. Seu filho, Cássio Carvalho do Val, sociólogo formado pela USP, mudou-se de São Paulo para Redenção em 1997 e é quem atualmente administra os negócios da Fazenda Santa Tereza no Sul do Pará.

Considerações Finais

A expansão dos limites da fronteira econômica brasileira para a Amazônia com a construção da Belém Brasília, no final dos anos 50, e as políticas públicas dos governos militares no período 1964-1985, trouxe mudanças substanciais na vida econômica, social e no meio ambiente regional, com a derrubada de boa parte da floresta para a formação de fazendas pecuárias controladas pelas centenas de empresas do centro-sul, principalmente de São Paulo, que implantaram projetos agropecuários com recursos dos incentivos fiscais concedidos pelo governo federal para quem investisse na Amazônia.

A história dos primeiros empreendimentos paulistas que deram origem a essas mudanças nessa região da Amazônia oriental, aponta para uma estreita articulação do poder econômico bandeirante com o poder público federal e paraense, como estratégia para viabilizar a transferência de recursos públicos - materiais e financeiros - que favoreceram a acumulação de capitais no centro-sul do país.

Essa acumulação se fez tanto pela transferência de milhões de hectares de terras devolutas estaduais para especuladores e empresários de São Paulo, quanto pelo financiamento da derrubada da floresta para transformação da mesma em pasto para criação de gado com recursos da política de incentivos fiscais do governo federal.

Corretores imobiliários e empresários paulistas que se envolveram nos negócios de aquisição de terras da Amazônia nesse período, conseguiram acumular lucros vultosos com a revenda da floresta e das terras devolutas para os investidores paulistas interessados em abater o imposto de renda de seus empreendimentos no centro-sul através da implantação de projetos agropecuários.

A reconstituição dos principais fatos relacionados aos três primeiros projetos agropecuários aprovados pela Sudam na Amazônia é emblemática desse processo e permite que se compreenda como se deu a aquisição de grandes glebas de terras no Sul do Pará principalmente com a finalidade meramente especulativa, objetivando revender essas terras a preços infinitamente superiores, após a valorização das mesmas.

Foi o caso da Companhia de Terras da Mata Geral que comprou mais de 350 mil hectares das terras devolutas do Pará, e constituiu o maior latifúndio por dimensão do Estado. Com um investimento inicial em alguma infra-estrutura, seu proprietário pode em pouco tempo obter elevadíssimas taxas de retorno do capital investido, tanto pela revenda da terra, das madeiras nobres e do ouro descoberto no latifúndio que formou, quanto pelo lucro obtido

com a venda do gado oriundo das cinco empresas agropecuárias que constituiu com apoio financeiro do governo federal.

Ao agregar em seus domínios um estoque de terras públicas e a melhor parte da floresta amazônica no Sul do Pará, 350 mil hectares, ao longo de seus 45 anos de existência a companhia comercializou cerca de 90% dessa área, permanecendo no momento com duas áreas: uma no entorno da sede da Fazenda Santa Tereza e outra próxima à cidade de Cumaru do Norte, ambas totalizando pouco mais de 10% da área original.

De 1963 até o final da década de 1970, a Companhia de Terras da Mata Geral vendeu, principalmente para empresários e fazendeiros de São Paulo, cerca de 150 mil hectares da floresta que agregou ao seu patrimônio quando da sua constituição, pois, dos 350 mil hectares inicialmente adquiridos, possuía, em 1979, uma área total de 201 mil hectares (INCRA, 1979a). Ao longo desse período diversos conflitos resultantes da invasão nas terras pertencentes não só à Fazenda Santa Tereza, mas também aos novos proprietários paulistas que compraram lotes da companhia, passaram a dominar os noticiários dos jornais e revistas brasileiros.

A região transformou-se na área rural mais tensa do país. Camponeses e trabalhadores rurais sem terra estruturalmente expulsos de suas regiões de origem, principalmente do Nordeste e sul do Brasil, e aventureiros de toda espécie, inclusive boa parte dos fazendeiros e empresários do centro-sul, migraram para a região em busca de terra, trabalho e enriquecimento rápido. O faroeste brasileiro instalou-se no lugar e conflitos sociais diversos, principalmente ligados à posse da terra eclodiram na região.

Para a Companhia de Terras da Mata Geral essa ameaça à segurança e manutenção de seu patrimônio, quando decorreu de diversas invasões de posseiros que almejavam incluir a propriedade na reforma agrária, não resultou em maiores prejuízos para o patrimônio da mesma, apesar da reação às vezes truculenta da empresa noticiada pela mídia.¹³

Em síntese, o tráfico de influência política e o favorecimento de grupos econômicos de São Paulo pelo governo federal e do Pará foi quem, na prática, viabilizou a transformação da floresta em pasto e da terra em mercadoria na Amazônia oriental brasileira.

REFERÊNCIAS

Livros, Teses, Artigos.

FERNANDES, Marcionila. Donos de Terras. Trajetórias da União Democrática Ruralista. Belém: NAEA/UFPA, 1999. p.167

IANNI, Octávio. A luta pela terra. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. “A cultura pastoril do Pau D’arco”. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. nº 10. Nova Série, INPA, CNPq. (março) 1960.

O café ganha nova fronteira: as terras férteis da Amazônia. Amazônia. Revista da Associação dos Empresários da Amazônia. Ano III, nº29, julho 1977b (14-21)

João Lanari do Val: A vocação de semear o progresso. Amazônia. Revista da Associação dos Empresários da Amazônia. Ano II, nº21, novembro 1976 (7-9)

Nicolau Lunardelli: uma vocação de desbravador. Amazônia. Revista da Associação dos Empresários da Amazônia. Ano III, nº25, março 1977a (24-27)

VEJA. “Os sonhos de Cumaru: E brota um novo eldorado no Pará. Em Cumaru, 15.000 homens tiram 12 quilos de ouro por dia”. São Paulo, 11 de fevereiro, 1981. pp. 40-41

Relatórios e outros documentos

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA SUPERIOR LUIZ DE QUEIROZ. Relação dos Ex-alunos. (www.adealq.org.br/exalunos). Acesso em janeiro de 2007.

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Registro dos Títulos de Terra que constituem a Companhia de Terras da Mata Geral. Livro 3B, página 100, Registros 1026 e 1027. 13 e 16/10/1964.

CTMG - COMPANHIA DE TERRAS DA MATA GERAL. Ata de Constituição. Belém: Diário Oficial do Pará, nove de fevereiro de 1963a. (9-13)

_____. Estatuto da Companhia. Belém: Cartório Queiroz Santos, Livro171, fls. 22-26, 1/02/1963b.

_____. Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária. Junta Comercial do Pará, código 153000624-4, caixa133b. Belém, 1971.

_____. Relatório da Diretoria. Diário Oficial do Estado do Pará, 29/04/1972. (5-6)

_____. Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária. Junta Comercial do Pará, código 153000624-4, caixa133B. Redenção: 31 de julho de 1982a.

_____. Relatório da Diretoria. São Paulo, setembro 1982b. (Texto datilografado)

_____. Ata da Assembléia Geral Ordinária. Junta Comercial do Pará, código 153000624-4, caixa133b. Redenção: 8 de maio de 1985.

_____. Ata da Assembléia Geral Ordinária. Junta Comercial do Pará, código 153000624-4, caixa133b. Redenção: 17 de agosto de 1992.

_____. Ata da Assembléia Geral Ordinária. Junta Comercial do Pará, código 153000624-4, caixa133b. Redenção: 20 de julho de 1995.

FAZENDA SANTA TEREZA S/A. Ata da Assembléia Geral. Junta Comercial do Pará. Códice NIRE 1530000624-4; cx. 133b. Redenção, 10 de agosto de 2000.

INCRA. Situação cadastral e tributária dos maiores imóveis rurais no Estado do Pará. Belém: Coordenadoria Regional do Norte, Divisão de cadastro e Tributação, 1979a.

_____. Situação cadastral e tributária dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM no Estado do Pará. Vol. IV. Belém: Coordenadoria Regional do Norte, 1979b.

JUNTA COMERCIAL DO PARÁ. Processo dos acionistas minoritários da Companhia de Terras da Mata Geral contra a diretoria da companhia. JUCEPA, códice 153.000.624-4, cx. 133b. Belém, 1984.

SPVEA. Relatório Técnico de Análise dos Projetos Agropecuários que solicitaram incentivos fiscais. Codespar S/A. Belém, 1966a.

_____. Relatório Técnico de Análise dos Projetos Agropecuários que solicitaram incentivos fiscais. Cia. Agropecuária Nazareth S/A. Belém, 1966b.

_____. Relatório Técnico de Análise dos Projetos Agropecuários que solicitaram incentivos fiscais. Fazenda Santa Ernestina S/A. Belém, 1967.

Entrevistas e Depoimentos

Cássio Carvalho do Val, filho de João Lanari do Val que mudou-se de São Paulo para Redenção em 1996 para assumir a gerencia da Fazenda Santa Tereza. Entrevista realizada na sede da Fazenda Santa Tereza, Redenção, em 10 de novembro de 2006.

José Ribamar Ferreira, fazendeiro remanescente dos primeiros vaqueiros que vieram do Maranhão para o Sul do Pará. Chegou nos campos de Conceição em 1953. Entrevista realizada na Fazenda Retiro, Redenção, em 25 de julho de 2007.

Ademar Guimarães, proprietário do Hotel Redenção e único integrante vivo da expedição de exploração da Mata Geral em 1959 que daria início a formação da Cia. de Terras da Mata Geral. Entrevistas realizadas no Hotel Guimarães, Redenção: novembro de 1979 e 26 de julho de 2007.

Luiz Mendonça, ex-piloto civil que atuou por muitos anos no transporte de cargas e passageiros em aviões de pequeno porte na Amazônia. Depoimento enviado por correio eletrônico em maio de 2008.